

# A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO

João Evangelista Marques Soares<sup>1</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa visa saber a importância da orientação vocacional/profissional dos estudantes que ingressam no curso Técnico em Edificações subsequente (noturno), para se obter a eficiência no curso Técnico em Edificações do IFTO e apresentar uma proposta de gestão que contribua para evitar o desperdício do alto custo para formação do Técnico em Edificação até aqui encontrado, de tal forma, que o IFTO venha a exercer a sua função social junto à comunidade, contribuindo com a formação de mais Técnico em Edificações que atenda a demanda do mercado de trabalho na área da construção civil, e identificar quais são os fatores que interferem no processo de ensino/aprendizagem dos alunos do curso Técnico em Edificações do IFTO. Pauta-se esta pesquisa no problema central; É possível uma gestão mais eficaz no IFTO para que o processo de formação do Técnico em Edificações seja mais eficiente com os mesmos recursos financeiros, materiais e humanos disponibilizados? Esta investigação ocorreu no IFTO Campus Palmas, no curso de Edificações no período de 2009/1 a 2010/2. Os sujeitos desta pesquisa se definem nos alunos e ex-alunos do curso técnico de edificações. Quanto à metodologia desta investigação desenha-se num estudo não experimental, descritivo. Transversal com enfoque quantitativo-qualitativo, focado num estudo de caso. A fim de resolver o problema se define como objetivo geral analisar uma proposta de gestão para melhorar a eficiência na formação de Técnicos do curso Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*). Dessa forma para dar suporte definiu-se como objetivos específicos; Analisar os fatores que podem interferir na relação ensino x aprendizagem na visão dos alunos aprovados e evadidos; Recomendar uma melhor metodologia de gestão educacional eficiente/ eficaz para formação do Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*). As técnicas para coleta dos dados se deram através de análise documental e questionários. Os instrumentos foram as Atas de Resultados do período em epígrafe, arquivados na Coordenação e Registros Escolares do IFTO - CORES, e os questionários aplicados. Os resultados mostram que existe a necessidade de uma orientação vocacional previa dos candidatos ao curso técnico em edificações para que os mesmos sejam informados das características do curso e conteúdo programático. Portanto conclui-se que: há necessidade de um programa de orientação e acompanhamento dos estudantes que se candidatam ao curso Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*), desde a inscrição até a conclusão, por uma equipe formada por psicólogo, pedagogo, assistente social, coordenadores do curso e professores.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor En Educación pela Facultad de Ciencias Humanísticas y de la Educación – UAA.

## 1. INTRODUÇÃO

[...] Um dos problemas importantes do homem moderno é a escolha de uma ocupação dentro do mundo diversificado do trabalho. Não se trata apenas de escolher uma ocupação, mas de acertar na escolha para acertar na vida. É uma questão de ordem vital. O acerto será tanto mais real quanto mais o indivíduo fundamentar a escolha de acordo com seus reais interesses, aptidões e capacidades (SPACCAQUERCHE e FORTIM)

Em virtude das mudanças na sociedade em que vivemos, o mundo moderno exige transformações no processo de formação técnica e comportamental adequadas à produção e reprodução das formas de organização do trabalho e da vida. Para enfrentar os desafios da modernidade e provocar mudanças nas políticas educacionais, faz-se necessário que a equipe administrativa e técnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTO repensem em um novo sistema educacional, visando melhorar a política educacional de qualidade com base no desenvolvimento e aplicação de conceitos, métodos e técnicas adequadas nos Institutos, abrangendo, como tal, todos os participantes no processo de construção de conhecimento significativo e eficiência na gestão do sistema educacional.

Para isso, adotar-se estratégias educacionais na eficiência da gestão escolar demanda tempo, vontade e competência reconhecida por parte de todos na redistribuição e compartilhamento das responsabilidades.

Por outro lado, essa falta de eficácia assola o sistema educativo e os Institutos de Ensino Técnico brasileiro que têm passado por um processo de transformação galopante nos seguintes aspectos: a) a gestão educacional que atua no Ensino Técnico necessita participar mais de formulações de políticas públicas com planos de cursos profissionalizantes; e, b) o próprio sistema de ensino técnico tem tentado investir em cursos técnicos profissionalizantes e vem se preocupando cada vez mais com a eficiência na gestão educacional e a produtividade na formação do Técnico, que ainda não tem sido ideal.

Observa-se que os profissionais que trabalham nos Institutos de Ensino Técnico brasileiros tentam preencher essa lacuna, uma vez que o papel dos

gestores é requerido por sua competência e qualificação profissional inspirada na ação, reflexão e reação.

O propósito do presente trabalho visa encontrar as limitações, sejam vindas da consulta aos alunos e aos demais participantes do processo para eficiência na gestão educacional e a produtividade na formação dos técnicos, visando comparar o índice de reprovação e evasão constatados entre 2003/2006 e 2009/2010.

O tema: A importância da orientação vocacional na formação do Técnico em Edificações, visando obter eficiência no curso Técnico do IFTO, constitui-se em uma das inquietações que suscitaram a escolha desta investigação, por ser concebido como um instrumento capaz de aferir com eficiência o controle, o planejamento, a gestão da instituição e do curso e propor alternativas, que sendo aplicadas, poderão responder as questões suscitadas, tendo em vista a relevância social, política e econômica da Instituição para a comunidade estudantil e a sociedade do Estado de Tocantins e, em especial, a cidade de Palmas. Por ser o investigador um profissional, consultor de serviços técnicos de engenharia, originário de um curso Tecnológico e Professor da Instituição, compreende-se que os resultados obtidos na investigação contribuirão para o entendimento dos mecanismos de análises e tomadas de decisões pelos gestores em diferentes níveis de administração da instituição, bem como viabilizar os futuros estudos e execuções dos projetos educacionais no Tocantins tendo em vista a questão econômica.

Desse questionamento, pode-se observar que o alto índice de reprovação e evasão dos alunos do curso Técnico em Edificações do IFTO (*Campos Palmas*) é preocupante, pois são estes números que demonstram a eficiência como fator de aproveitamento do ensino, em face do custo despendido para a formação de cada aluno. A disparidade entre os números de alunos que ingressaram e daqueles que concluíram o curso Técnico em Edificações gerou os seguintes questionamentos da investigação: Como superar os obstáculos encontrados na formação do Técnico em Edificações no IFTO? A quantidade de Técnicos em Edificações formados no IFTO é

compatível ao volume de recursos materiais humanos e financeiros disponibilizados e instalados? A estrutura física é adequada à oferta de vagas no curso Técnico em Edificações para atender as demandas do mercado?

Esta eficácia será diretamente proporcional a participação do gestor nas ações pedagógicas, apoiando e estabelecendo as prioridades, avaliando os programas, organizando e participando do desenvolvimento dos funcionários e enfatizando a importância dos resultados alcançados, algo a mais do que o planejado com os mesmos recursos, humanos e financeiros.

Por outro lado, a concepção e prática da eficiência na gestão educacional na formação e produtividade do Técnico em Edificações deve oferecer subsídios teóricos/ práticos para a ação transformadora dos docentes e discentes em sala de aula como um processo de construção participativa e auxílio desde o processo de orientação vocacional/profissional até a produtividade e formação dos técnicos no contexto educacional.

Como meta de eficiência para 2014 o Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC, planeja formar 80% dos técnicos que ingressarem nos cursos dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia – IFs.

O enfoque principal da pesquisa encontra-se em pesquisar e analisar resultados sobre a importância da orientação vocacional/profissional dos estudantes que ingressam no curso Técnico em Edificações (noturno, subsequente), como fator de melhoria na eficiência da gestão educacional do IFTO (*Campus Palmas*).

Originou a pesquisa a seguinte problemática: É possível uma gestão mais eficaz no IFTO para que o processo de formação do Técnico em Edificações seja mais eficiente com os mesmos recursos financeiros, materiais e humanos disponibilizados?

A gestão deste projeto será viabilizado com a formação de uma equipe técnica formada por psicólogo, pedagogo, coordenador do curso e gerência de ensino especialmente para dar acompanhamento aos discentes desde a inscrição até a conclusão do curso.

## **1.1. O objetivo geral :**

=► Analisar uma proposta de gestão para melhorar a eficiência na formação de Técnicos do curso Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*).

### **1.1.2. Os objetivos específicos:**

=► Analisar os fatores que podem interferir na relação ensino x aprendizagem na visão dos alunos aprovados e evadidos

=► Recomendar uma melhor metodologia de gestão educacional eficiente/ eficaz para formação do Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*).

## **1.2. Justificativa**

Esta pesquisa se justifica porque pode ser aplicada no IFTO (*Campus Palmas*), e poderá ser aplicado em outros cursos da Instituição; bem como em outros campi do IFTO.

É de grande relevância acadêmica considerar-se que o custo poderá transformar-se em economia, uma vez que teremos alunos matriculados de acordo com suas vocações, possibilitando a instituição avaliar constantemente o processo ensino/aprendizagem, acompanhar através de avaliações o desempenho dos educandos e o aperfeiçoamento da prática pedagógica adotada por sua equipe de professores.

A adoção de um processo de avaliação permanente permitirá a adoção das medidas cabíveis de acordo com a prática pedagógica adotada, seja em forma de reforço escolar ou na adoção de mediadas prévias, capazes de atender as dificuldades apresentadas pelos alunos em atendimento mais específico em determinadas disciplinas, cujo objetivo comum a ser alcançado por todos que a escola cumpra sua finalidade de exercer a função social.

## 2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL

[...] Quanto à ordem institucional educação, as pessoas recorrem à orientação vocacional, porque se preocupam comumente em definir seus estudos futuros. (Bohoslavsky)

### 2.1 Recorte da História da Orientação Vocacional

Segundo Bohoslavsky (1995), entendemos por orientação vocacional os procedimentos dos psicólogos especializados, cujos clientes são as pessoas que enfrentam, em determinado momento de sua vida – em geral, a passagem de um ciclo educativo e outro - a possibilidade e a necessidade de tomar decisões. O que é Orientação Profissional? Segundo Schmidt, foram os americanos que, no início do século XX, deram os primeiros passos para que se constituísse nas escolas a Orientação Profissional.

No final do século XIX, preocuparam-se em preparar o estudante para a escolher bem a sua ocupação, para tornar se apto a exercê-la e a nela progredir. A Orientação nasceu, pois, na área profissional, 1895 em São Francisco e, e 1898, em Boston, com *Frank Parsons*. Em 1908, Parsons organizou o *Bureau of Vocational Guidance*, e, em 1909, conseguia introduzir a Orientação Profissional no sistema de escolas públicas de Boston.(Schmidt 1973, p. 51).

Para que a escolha da profissão fosse feita de forma correta, dizia Parsons: implica no conhecimento científico do educando, conhecimento este a ser elaborado com participação do interessado. Recomendava, outrossim, que se oferecesse aos alunos uma documentação sempre atualizada do mercado de trabalho, com uma descrição bem objetiva de cada profissão (Idem).

Com as mudanças da sociedade, logo no início do século XX, deu-se uma ampliação natural da Orientação, obedecendo à necessidade de assistir o educando no desenvolvimento de todas as suas estruturas – físicas, mental, moral, social, artística, científica, política e religiosa. A Orientação passou a ter a amplitude do educando, das aptidões e das relações com diferentes ambientes sociais em que vive – escola, família. Sociedade, igreja (Ibidem)

A autora constatou também que após a divulgação da *Ciência das Relações Humanas*, por volta da década de 40, a Orientação Profissional

passou a ser considerada como um dos aspectos da Orientação Educacional. [...] A escola cumpre-lhe desenvolver o jovem total, ao máximo, capacitando-o, além do mais, a continuar por si o trabalho de uma educação permanente.

É dentro deste espírito que Ford *apud* Schmidt (1973) proclamou, em seu livro: “Minhas indústrias visam formar HOMENS. O automóvel é um subproduto” (p.52).

No Brasil depois de várias experiências, como as realizadas por Araci Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt em 1936 que implantaram o Setor de Orientação Educacional na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, da então Prefeitura do Distrito Federal. (Guanabara). (Idem).

Mas somente em 1942 é que foi consubstanciada através da Lei Capanema as diretrizes para Orientação Educacional, logo após, a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943 estabeleceu nas escolas de ensino comercial a Orientação Educacional e Profissional.

Em 1957, o Ministério da Educação volta-se para o problema da introdução do Setor de Orientação Educacional nas escolas de ensino médio.

A lei nº 4.024, Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, institui a Orientação Educacional nas escolas de grau médio e primário. Institui que a formação dos Orientadores Educacionais seja feita em cursos especiais e determina os requisitos necessários aos professores candidatos aos cursos de Orientação. Em dezembro de 1968, foi criada a carreira de Orientador Educacional.

A Lei 5.692/71, “Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus”. Ratifica o valor da Orientação Educacional quando determina no Art. 10: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo o aconselhamento vocacional em cooperação com professores, a família e a comunidade”. (Ibidem, p. 53).

Segundo Bock, destaca que a última reforma do ensino promovida pela LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, altera a sistemática a reforma da formação profissional de nível médio. O artigo 5º do decreto 2.208/97, regulamenta a educação profissional quando diz: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial”. Diferente

de como era antes, quando ao jovem, ao final da 8ª série, tinha que optar entre um curso propedêutico ou técnico. (Bock, 2006, p. 179).

O decreto supra mencionado foi revogado pelo decreto 5.154/04, Art. 1ª Inciso II, no que tange a educação profissional técnica de nível médio.

Para melhor compreensão sobre a história da educação profissional técnica no Brasil, faz-se necessário retomar suas origens, fazendo um estudo sobre a evolução profissional técnica de nível médio em nosso país, desde os primórdios das primeiras civilizações portuguesas que chegaram aqui até os dias atuais.

Para Manfredi (2002), a educação profissional Técnica no Brasil encontra-se: No imaginário popular, acredita-se que os mais altos níveis de escolaridade estão sempre associados a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. As relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se possa imaginar, por isso requerem um esforço de reflexão mais aprofundada (p. 31).

A citação acima retrata que, a educação profissional técnica no Brasil, atende exclusivamente a classe popular, tendo em vista que a necessidade de crescimento com a busca de oportunidade de crescimento levam os mais pobres a lutar por um lugar onde possa melhor viver oferecer aos descendentes educação e formação, em especial aquela a que não tiveram acesso.

Os cidadãos menos favorecidos são aqueles que lutam em prol de uma formação técnica para suprir as necessidades básicas do contexto social em que encontram-se inseridos e tentam conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Infelizmente, os melhores empregos atendem aos cidadãos mais preparados profissionalmente e que possuem uma escolaridade mais avançada.

## **2.2 A Educação Profissional Técnica no Brasil**

A Educação Profissional Técnica do Brasil pode ser contada de diversas formas, segundo Manfredi (2000), para resgatar a história das



concepções e práticas de Educação Profissional no Brasil, é importante ir além das dimensões escolares.

Dessa forma, faz-se necessário considerar também aquelas que se têm produzido, historicamente, em outros espaços sociais: sindicatos, empresas, associações de bairro, associações comunitárias, movimentos sociais.

Sendo assim, é importante ressaltar a visão educacional do ambiente como um todo, para evitar o falso entendimento de que só se aprende na escola formal. O autor revela que “é importante ir além da perspectiva oficial e da orientação hegemônica” (Manfredi, 2002, p. 65).

Tendo em vista que todo o incentivo governamental de pesquisa tem sido direcionado para as séries iniciais e cursos de pós graduação *Lato e Strictu Senso* ao longo da história brasileira, a nosso ver, muito pouco se escreveu sobre a formação dos técnicos no Brasil.

Neste sentido, também corroborou (Manfredi 2002; Cunha. 2000), quando afirmam que:

[...] Os estudos acerca da educação escolar têm privilegiado pesquisas sobre o ensino superior e ensino médio, em detrimento do ensino profissional. Esses espaços vazios explicam-se, como ressalta esse estudioso da Educação Profissional, pelo fato de os historiadores da educação brasileira se preocuparem, principalmente, com o ensino das elites e do trabalho intelectual (p. 65).

Em conformidade com a citação, nota-se que o modelo de ensino que a educação básica e profissionalizante oferece aos brasileiros, em geral tem sido elitizada e não atende a necessidade do mercado de trabalho, bem como dos mais necessitados.

Os dados apresentados foram extraídos de pesquisas, registros e estudos publicados, procurando sempre destacar a real situação da prática para formação do Técnico em Edificações da Escola Técnica Federal de Palmas, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na concepção da Educação Profissional.

## **2.3 A Contribuição da Educação Profissional entre os povos nativos**

Quando os portugueses aqui chegaram, já existiam os povos indígenas, com seus costumes e suas tradições, que aos poucos foram sendo aculturados, na visão e interesse dos que chegaram como colonizadores, com as práticas educativas para o trabalho, que gradativamente foram socializadas, dentro de uma perspectiva de convivência, como afirma Manfredi (2002):

[...] As práticas de aprendizagem efetivaram-se mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, pesca, de coleta, de plantio e colheita, de construção e de confecção de objetos. Os mais velhos faziam e ensinavam, e os mais moços observavam, repetiam e aprendiam (p. 19).

Muitas dessas práticas de aprendizagem persistem até os dias atuais, os conhecimentos que os mais velhos ensinaram vão passando de gerações a gerações, ainda que outras práticas de educação escolar tenham sido incorporadas ao padrão civilizatório inicial. Tratava-se, portanto, de um processo de Educação Profissional que integrava, e ainda integra, “saberes” e “fazeres” mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade, trazendo-nos a ideia dos antigos do aprender com a vida para servir na vida.

A respeito disso Manfredi (2002) expõe:

[...] Além desse traço próprio das civilizações indígenas, é possível afirmar que esses povos foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para a produção de medicamentos (p. 67).

As contribuições indígenas foram significativas para o crescimento pessoal e profissional da sociedade brasileira, principalmente quando se trata dos primeiros legados artesanais que fora primordial para a construção de uma civilização.

Sabe-se que outras práticas formais foram acrescentadas, e a ideia antiga que aliava conhecimento e prática não permanecera ao padrão atual, o que nos preocupa é que dados comprovam que o processo de educação profissional, precisa de uma eficácia na gestão educacional e somente uma

gestão participativa da sociedade junto ao sistema educacional será capaz de transformar a realidade educacional, de formação profissional.

## 2.4 A Educação Profissional no Brasil Colônia

Consta em nossa literatura que nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa, a economia brasileira era baseada na agroindústria, principalmente na produção de açúcar, que utilizava o sistema *plantation*, utilizando mão de obra escrava e outros trabalhadores livres sem exigências de qualificação técnica.

Cunha (2000) afirma que:

[...] A ampliação da agroindústria açucareira, na Bahia e em Pernambuco, e já no século XVIII, a intensificação da atividade extrativista nas Minas Gerais, gerou núcleos urbanos que abrigavam a burocracia do Estado metropolitano e as atividades de comércio e serviços. Essa população urbana originou um mercado consumidor para os produtos de diversos artesãos como sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, e outros. Também sediados nos núcleos urbanos mais importantes estavam os colégios religiosos, em particular os dos jesuítas, com seus quadros próprios de artesãos para atividades internas de construção, manutenção e prestação de serviços variados (p. 27).

Verifica-se, que com o crescimento dos centros urbanos, bem como a ampliação da agroindústria e atividades extrativistas no período do Brasil colônia, surgiu a necessidade de as escolas formarem artesãos qualificados para atenderem às exigências do mercado de trabalho consumidor em áreas diferenciadas.

Por sua vez, se nos utilizarmos de um parâmetro para nossos dias em relação ao passado um passado distante, hoje o Agronegócio vem substituindo o modelo adotado à época, porém com profissionais técnicos bastante qualificados, além da Indústria da Construção Civil necessitar cada vez mais de mão de obra para seu crescimento e desenvolvimento.

Percebe-se que o ensino da época era transmitido de pais para filhos ou de mestres para aprendizes, no ambiente de trabalho ou no próprio local em que habitavam, conforme citado por Cunha (2000):

[...] A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes. [...] Os aprendizes não eram necessariamente crianças e adolescentes, mas indivíduos que eventualmente demonstrassem disposição para a aprendizagem, em termos tanto técnicos (força,

habilidade, atenção) quanto sociais (lealdade ao senhor e ao seu capital, na forma das instalações, instrumentos de trabalho, matéria-prima, mercadorias e a conservação de si próprio, também capital) (p. 32).

Naquela época, prevalecia o estado de dominação feudal e, ainda hoje no Brasil, encontramos situações em que para termos acesso ao ensino, depende-se de favores de alguns falsos “salvadores da pátria”, que são detentores do poder político e tentam evitar que as pessoas adquiram conhecimentos, haja vista que, mediante a formação, estes podem tornar-se livres.

Acredita-se que por meio da educação, o cidadão sairá desse estado de dominação, no que Freire (2006), define muito bem estas “*situações-limites*” quando diz:

[...] Os homens e as mulheres têm várias atitudes diante dessas “situações-limites”: ou as percebem como obstáculos que não podem transpor, ou como algo que não querem transpor ao ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido e então se empenha em sua superação. (p.205)

Quando se trata de situações limites, acredita-se que somente o conhecimento permitirá ao homens atitudes conscientes para aceitar ou enfrentar tais situações e atingir o seu crescimento, tanto em nível profissional quanto pessoal.

Dessa forma, verificou-se que a educação profissional no Brasil, teve início com os colégios religiosos e orfanatos; nessa linha de pensamento, temos a confirmação de Manfredi (2002):

[...] Em se tratando de instituição de ensino, os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial (p. 68).

Nesse cenário, as escolas-oficinas citadas anteriormente, foram os embriões das atuais escolas técnicas, centros federais de educação tecnológicas e Universidade Tecnológica do Paraná – UTP, para chegar a esse ponto, o processo evolutivo fora demorado, inicialmente não existia incentivos de políticas públicas para implantação dessas escolas, ficando mais na responsabilidade dos colégios religiosos que doutrinavam aos discípulos o objetivo de catequizá-los e atender novas demandas da mão de obra nas

idades que surgiam com a construção de prédios e embarcações, confirma Manfredi (2002):

[...] Nas oficinas existentes nos colégios espalhados pelos diferentes pontos do Brasil, os irmãos-oficiais exerciam e ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, de produção de tijolos, telhas, louças, etc., de fabricação de medicamentos, de fiação e tecelagem (p. 69).

Conforme descreve a autora, criaram-se vários colégios no Brasil com a intenção de formar profissionais, pois faltava mão de obra qualificada para atender aos serviços que o mercado de trabalho exigia e, ainda, reforça o pensamento quando Manfredi (2002) diz:

[...] Não resta dúvida o quanto foi para o Brasil a contribuição dos padres, principalmente os jesuítas que além de terem desempenhado um papel importante na catequese e na educação dos índios, também construíram escolas para os colonizadores, principalmente para os setores da elite (p. 69).

Percebe-se que, se naquela época os padres e jesuítas enfrentaram muitas dificuldades nesse processo de educação e essa preparação era difícil por falta de vagas, imagine nos dias atuais, principalmente quando se trata de conseguir uma vaga nos cursos técnicos profissionalizantes da rede pública federal do Brasil, tendo em vista uma grande procura para os cursos que são ofertados.

Observa-se que, as Instituições Federais, em sua maioria são localizadas nos grandes centros urbanos, dificultando assim, o acesso da população menos favorecida que busca alternativas de melhorias, oportunidades profissionais e reconhecimento social, dado os altos níveis de ensino que estes cursos alcançaram, devido a qualidade das escolas e ao nível dos professores que atuam nesses centros de ensino.

Por outro lado, se olharmos a evolução deste acesso, verifica-se que as dificuldades são as mesmas de antigamente, conforme foi referenciada por Cunha (2002a) o afirmar que:

[...] A aprendizagem de cada ofício ficava a critério dos mestres, mas a irmandade controlava pontos importantes. Os mestres eram obrigados a registrar os aprendizes na mesa da irmandade, e cada mestre não podia ter mais de dois menores trabalhando com ele e aprendendo o ofício. O tempo de aprendizado era de quatro anos no mínimo. Sem que esse período tivesse terminado, o aprendiz não podia empregar-se na oficina de outro mestre. Após esses quatro anos, o mestre passava uma certidão declarando terminado o aprendizado. O então oficial poderia pedir à mesa da irmandade para

ser examinado. Eram os juizes dos ofícios que examinavam os candidatos, numa banca integrada também pelos juiz da mesa da irmandade e por dois peritos eleitos para esse fim ( p. 51).

Constata-se ainda que modelos semelhantes a este, ainda hoje são adotados por algumas escolas no Brasil, inclusive a Escola Técnica Federal de Palmas / TO, são os chamados projeto integrador - PI, onde é formada uma banca com professores de diversas disciplinas ao final de cada módulo, para sabatinar e avaliar a competência dos educandos, antes de outorga-lhes o título de Técnico em Edificações.

Portanto, seguindo esses modelos Cunha (2000) ressalta que:

[...] Os juizes de ofícios eleitos pelos mestres de cada qual tinham, como principais atribuições, o controle do trabalho e da formação de novos oficiais e mestres. O controle do trabalho consistia em multar aqueles que tivessem executado obras próprias do ofício sem prévia exame e, no caso das multas serem muito grandes, encaminhar a denúncia à Câmara para que ela, então multasse o infrator dividindo-se a quantia arrecadada pela irmandade, por essa via, era chamada de “dinheiro do santo” ( p. 51).

Dessa forma, com este exemplo de punição podemos afirmar que não é de hoje que se contribui com multas e impostos sem sabermos ao certo onde será empregado esse dinheiro, que muito bem poderia ser revestidos para construção de novas escolas, qualificação dos professores e até mesmo melhoria de suas remunerações, não havendo assim, a necessidade desta proliferação de escolas particulares. Muitas delas visam somente arrecadar dinheiro e não oferecem o mínimo de estrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Autores como (Cunha 2002; Keith & Ewards, 1970) consideram que:

[...] Entre 1750 e 1825, desenvolveu-se um conflito aberto entre a Real Junta do Comércio, defensora dos interesses da manufatura organizada em moldes capitalista, e a Casa dos Vinte e Quatro, especialmente os juizes do povo, guardiões da manufatura artesanal, organizada segundo os padrões corporativos. Enquanto, de um lado, a Coroa e a Junta do Comércio tentava formar artesãos fora do controle corporativo, de outro, as corporações procuravam, sem sucesso, organizar seu próprio sistema de educação geral escolar (p. p. 237-250).

Ao analisar o processo evolutivo e a história da educação brasileira, percebe-se que situações conflituosas de interesses por parte da classe dominante e dominada sempre existiram nesse processo educacional de formação descontrolado, a nosso ver em face das distorções proporcionadas

pelas falhas na recepção e ausência de orientação dos alunos antes das respectivas matrículas nos Cursos profissionalizantes.

## **2.5 A Educação Profissional no Brasil império**

Em 1808 com a mudança da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil deixou de ser colônia e passou a ter uma nova relação com o reino, quando se vislumbrava uma oportunidade de crescimento com novo tratamento político.

Segundo Manfredi (2002):

[...] A Companhia de Jesus adotava, em suas escolas, pedagogia, modelos institucionais e currículos próprios, tudo isso condensado na *Ratio Studiorum*. A expulsão da Companhia, em 1759, durante certo período, desorganizou o sistema de educação escolar existente, e o Estado foi obrigado a montar outro aparato escolar para substituí-lo; contudo, isso levou tempo. As primeiras medidas rumo à constituição do aparelho escolar estatal vão ocorrer após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808. O desmantelamento do sistema educacional jesuítico, contudo, não impediu a rearticulação das iniciativas privadas e confessionais de educação, que se reconfiguraram em outros períodos históricos, embora já não sob a hegemonia jesuítica (p. 74).

Após a saída da companhia jesuítica, iniciaram-se novas medidas para reorganizar o sistema educacional brasileiro. O processo acontecera lentamente, possibilitando o crescimento acelerado das iniciativas particulares e confessionais da educação.

De acordo com Cunha (2000):

[...] A Casa Pia foi, talvez o paradigma das instituições de ensino profissional que começaram a surgir no Brasil logo após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. A Casa Pia, criada por Diego Inácio de Pina Manique, um dos mais eficazes auxiliares do Marquês de Pombal, chegou a ser chamada de “universidade plebéia” e de “Academia dos Proletários” (p. 55).

Observa-se que, ainda dentro dessa nova sistemática educacional de liberdade para implantação das escolas, afirma Cunha apud Manfredi (2002), que as primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado.

Por conseguinte e dentro desse processo histórico da área técnico profissionalizante, não podemos deixar de mencionar a importância das primeiras escolas fundadas para formação e qualificação da mão de obra especializada da época e que algumas permanecem ainda hoje, como aparecem no livro de Cunha (2002); Manfredi (2000) pela ordem de criação:

[...] No Rio de Janeiro, foi criada a Academia Real Militar (1810); o curso de Agricultura (1814); a Academia de Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1818); o curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e de Economia Política (1808); o curso de Agricultura (1812); o curso de Química (1817). Outras cidades abrigaram, também, instituições de ensino superior, como a cadeira de Matemática superior, criada em Recife ou Olinda, em 1809, e as cadeiras de História e de Desenho em Vila Rica, em 1817 (p. 69).

A partir daí surgiram até então escolas direcionadas ao ensino técnico profissionalizante. Segundo Cunha (2002), a instituição dos sistemas educacionais principiou pelo topo, ao passo que os demais níveis de ensino – o primário e o secundário – serviam como cursos propedêuticos, preparatórios à universidade.

Para Manfredi (2000), o ensino profissionalizante teve como base:

[...] O ensino secundário era ministrado, na época, em alguns poucos estabelecimentos, como o Colégio São José e o Colégio São Joaquim, no Rio de Janeiro. Este último serviu de gérmen para a criação do Colégio Pedro II, em 1837. (...) Com o tempo, o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior (p. 71).

Dessa forma, as escolas de ensino superior sempre foram construídas para formação da elite dominante, e, como se fazia necessário para a sociedade ter pessoas qualificadas para os trabalhos menos nobres, o governo começou paralelamente a construção do sistema escolar público, no qual o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Conforme afirma Manfredi (2002) pode-se observar que:

[...] As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais – das províncias, de assembleias provinciais legislativas. Por vezes, também, resultavam do entrosamento de ambas, isto é, da combinação de entidades e grupos de sociedade civil com o estado, o qual os aprovava mediante a transferência de



recursos financeiros. Assim, a Educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios (p. 76).

Portanto, as iniciativas educacionais profissionalizantes daquela época mantinham um relacionamento e preocupavam com a preparação dos alunos, visto que um dos fatores limitante para o aprendizado era o quesito idade, devido talvez a obrigatoriedade de permanência após a conclusão do curso.

Conforme ressalta Cunha (2000):

[...] Independentemente de finalidades e práticas militares, o ensino de ofícios manufatureiros foi desenvolvido, também, na Imprensa Régia, criada pelo príncipe regente logo após o desembarque no Rio de Janeiro, com os tipos trazidos de Lisboa. (...) Os aprendizes não podia ter mais de 24 anos, tendo preferência os que soubessem ler e escrever e apresentassem boa conduta e costumes moderados. Os que fossem admitidos não poderiam abandonar o estabelecimento antes de decorridos cinco anos, sob pena de serem "presos para soldados" nos regimentos de linha. Os mestres recebiam pagamento extra pelo ensino e um prêmio em dinheiro, a título de incentivo, para cada aprendiz que tivesse completado dois anos de aprendizagem (p. 77).

Por sua vez, e em conformidade com a citação acima, talvez esta seja uma solução para diminuir a reprovação e evasão atuais, principalmente, para conscientizar os professores que ainda não perceberam a função da avaliação, aplicável para medir conhecimentos e não para punir alunos, fazendo com que estes sintam-se cada vez mais, incapazes e fracassados para superar os obstáculos do processo de ensino-aprendizagem.

## **2.6 O Surgimento dos Estabelecimentos aos Menores Abandonados e Órfãos - Artífices**

Atualmente não é muito diferente, pois a sociedade pensa e valoriza-se dentro de uma visão capitalista sabe-se que existe a lei, de mercado da oferta e procura, principalmente, quando há necessidade de implantar um grande empreendimento, uma das premissas considera essencial existir mão - de - obra qualificada na região.

Como já mencionou Manfredi (2002) desde o período colonial, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte – por exemplo, os arsenais da Marinha, exigia grande aporte de mão-de-obra – não disponível, o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios

aos menores dos setores mais pobres e os excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos, quando oferecia.

O processo de oferta padrão para inclusão foi começar com o ensino de ofícios no cais, em hospitais, nos arsenais do Exército e Marinha.

Neste sentido, ressalta Cordão (2005) que:

[...] Não é possível esquecer que a escravidão, no Brasil, perdurou por mais de três séculos. Durante esse período, independentemente da boa qualidade do produto ou do serviço executado, ou mesmo da sua importância na cadeia produtiva, os trabalhadores que executavam os serviços e respondiam pela qualidade do produto, foram sempre relegados a uma condição social inferior. Eram escravos, não eram cidadãos. Para eles não se reconhecia o direito à educação escolar acadêmica, pois era vista como desnecessária para formação da “mão-de-obra” ( p.44).

Naquela época, os trabalhadores eram vistos pela sociedade na condição de escravos do trabalho, considerava-se importante o comprometimento pela produção e qualidade dos serviços prestados a classe dominante, porém desprovidos do direito de formação educacional.

Nota-se que todos os autores e estudiosos deste assunto confirmam as reservas que lhes eram atribuídas com relação aos aprendizes de profissões técnicas, tanto Cunha (2000), quanto Manfredi (2002), e Cordão (2005) afirmam que:

[...] A formação profissional, no Brasil, sempre foi reservada, desde as suas origens, as classes menos favorecidas, àquelas que necessitavam se engajar de imediato na força de trabalho e que não tinham acesso à escolarização básica regular. Além disso, desde os primórdios a formação profissional no Brasil assumiu um caráter eminentemente assistencialista, que tem marcado profundamente toda a sua história (p.45).

Dessa forma, pode-se observar que ao longo da história sobre a formação profissional brasileira, prevalecera a idéia de que a classe popular tem que produzir e prestar serviços qualificados para o mercado de trabalho. Sem formação profissional, os trabalhadores enfrentam dificuldades de encontrar vagas no mercado de trabalho e preparar-se profissionalmente. Por meio de uma formação profissional qualificada os trabalhadores serão eficientes na produtividade e na qualidade dos serviços.

No entanto, e a exemplo dos dias atuais, ver-se, um outro papel da educação, além da formação do homem ou da mulher, sabe-se que é diminuir

a marginalidade nos grandes centros urbanos, diluindo assim as tensões sociais, no que concorda Cordão (2005) ao afirmar que:

[...] Ainda na época do império brasileiro, em meados da década de 1840, foram construídas dez casas de educandos artífices em dez capitais de províncias. Essas casas tinham como principal objetivo “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem”. Na mesma linha, logo na década seguinte, o Governo Imperial criou estabelecimentos especiais para abrigar os menores abandonados e órfãos, os chamados “asilos da infância e dos meninos desvalidos”, (...) desvalidos da sorte (p.p 44-45).

No entanto, dar oportunidades a todas às crianças e jovens que vivem à mercê da sorte nos cruzamentos das grandes cidades brasileiras foram e continuam sendo essencial, bem como a alimentação básica, a preparação mínima de educação recebida pela prática de uma formação profissionalizante.

Afirma Manfredi apud Cunha, (2000), que:

[...] As crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebia instrução primária – no âmbito da leitura, da escrita, da aritmética, da álgebra elementar, da escultura, do desenho, da geometria, entre outros – e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, etc... (p.91)

As crianças que se abrigavam nessas casas, encontravam ali a chance de se tornarem cidadãos do bem, pois recebiam uma orientação educacional, bem como eram preparadas para engajar-se no mercado de trabalho e obter uma renda que lhe permitisse viver com dignidade

No entanto, observa-se que o comprometimento dos aprendizes não terminava ali no que , conforme ressalta Cunha (2000d):

Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio (p.91).

[...] Tais casas, ao contrário dos liceus de artes e ofícios, geralmente criados e mantidos por sociedades particulares com auxílio governamental, eram integralmente mantidas pelo Estado: sua clientela era constituída de órfãos e desvalidos, o que as fazia serem vistas mais como “obras de caridade” do que como “obras de instrução pública. As instrução propriamente profissional era ministrada nos arsenais militares e/ou nas oficinas particulares ( p.113).

Esses abrigos eram mantidos com ajuda da sociedade e do governo, pois eram construídos para abrigar a classe baixa “os pobres” e após finalizar o processo de aprendizagem, os alunos tinham que trabalhar nas oficinas por um determinado período em fase de treinamentos, como forma de retribuição pelas instruções que receberam.

## **2.7 As Escolas - Liceus de Artes e Ofícios**

As escolas Liceus, foram exemplos de projetos bem sucedidos, principalmente, porque eram mantidos por mantenedores da própria indústria e precisava de mão de obra especializada para a construção das estradas de ferro, operação e manutenção das locomotivas. Dos ensinamentos de Cunha (2000) o mesmo confirma que :

[...] O liceu de artes e Ofícios instituído pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, tem por missão especial, além de disseminar pelo povo, como educação, o conhecimento do belo, propagar e desenvolver, pelas classes operárias, a instrução indispensável ao exercício racional da parte artística das artes, ofícios e indústrias (p. 124).

É nesse sentido de desenvolvimentos que a sociedade se preocupava em implantar as escolas e multiplicar a formação da mão de obra mais qualificada, para atender as demandas existentes, que nada mais eram que seus interesses.

Segundo Cunha (2000, p.121), o mesmo confirma que a partir de meados do século XIX, com o aumento da produção manufatureira, começaram a ser organizadas as sociedades civis destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar ensino de artes e ofícios.

Por sua vez, o tema foi também tratado amplamente no trabalho (Educação Profissional no Brasil) de suma importância para a história da educação do ensino técnico no Brasil, dos primórdios até os dias atuais, na visão de Manfredi (2002) quando o mesmo afirma:

[...] Os liceus de artes e ofícios nasceram da iniciativa de entidades de sociedade civil, cujos recursos vinham das quotas de sócios ou de doação de benfeitores. Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do Estado, nobres, fazendeiros e comerciantes (p.122). O entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de doações governamentais. Houve também sociedades que tinham nos próprios artífices seus sócios, mas, segundo Cunha, as que conseguiam sobreviver contavam com um quadro de sócios

beneméritos que as dirigiam e as mantinham com os próprios recursos ou com subsídios governamental (p.121).

Sendo assim, o surgimento dessas escolas tinha o objetivo de beneficiar a classe dominante formada por sócios e benfeitores integrantes da sociedade civil, uma vez que as escolas eram mantidas por meio de recursos próprios dos nobres, fazendeiros e comerciantes ou recursos governamentais.

Dessa forma, muitos liceus foram ampliados para outros estados, porém facultados, sendo obrigatórios aos filhos de escravos e mulheres, que funcionaram como escola de difusão do ensino primário, que na época eram bastante restritos. Afirma Cunha (2000a) quando diz:

Entre 1858 e 1886, foram criados liceus de artes e ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro, o primeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). De modo geral, o acesso aos cursos eram livres, exceto para os escravos. As matérias que constituíam os cursos eram divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes. Quanto aos cursos profissionais, eram um número equivalentes a cada uma das matérias do grupo de artes. Em 1881, no Liceu de artes e Ofícios do Rio de Janeiro, inaugurou-se o primeiro curso destinado a mulheres, já com um currículo seriado fixo de quatro anos, e, 1882, o curso comercial (p. 122).

Observa-se que, com a expansão das escolas Liceus em vários centros urbanos, homens e mulheres, não negros ou índios, tinham acesso livre aos cursos, menos os escravos a que não tinham direito à escolarização, em cujos cursos se ofereciam os grupos de artes e ciências aplicadas.

Percebe-se que, historicamente o reconhecimento desses colégios, trouxe para a educação profissional do Brasil grandes contribuições, conforme enfatizado por Manfredi (2002, p. 123) que durante “o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes”.

Diante de tais confirmações pode-se assegurar que as escolas Liceus foram importantíssimas para a criação histórica das escolas técnicas no Brasil.

No entanto, não só os colégios, como eram denominados, mais também as práticas educativas foram consideradas de grande interesse tanto para o governo quanto para a iniciativa privada, como afirma Manfredi (2002):

[...] Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as iniciativas privadas pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza

assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza (p. 78).

Percebe-se ainda, que essa prática educativa assistencialista ou compensatória nas escolas sejam por parte das iniciativas estatais ou privadas era destinada as classes menos favorecidas na tentativa de “assisti-los” e estava interligada ao direito de receber uma escolarização de qualidade para atender as exigências do mercado profissionalizante.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa chega a uma conclusão que trabalha os objetivos e hipótese, de acordo com o objeto proposto na pesquisa. A presente pesquisa contribuiu significativamente para o processo de construção de conhecimentos teóricos e práticos, uma vez que propiciou a oportunidade de conhecer a trajetória histórica da educação profissionalizante Técnica no Brasil, tratando-se da história da educação entre os povos nativos desde sua origem até a formação, vivenciada pelo curso técnico em Edificações do IFTO *Campus Palmas* - TO.

A concepção e prática da eficiência na gestão educacional, formação e produtividade do técnico em Edificações deve oferecer subsídios teóricos e práticos para a ação transformadora dos docentes e discentes em sala de aula como um processo de construção participativa e auxílio desde o processo de orientação vocacional/profissional até a produtividade e formação dos técnicos no contexto educacional.

O objetivo geral: Após as análises dos questionários onde foram encontradas 80,22% de estudantes que não receberam orientação vocacional/profissional e 76,92% que consideram importante receber orientação prévia do sobre o curso Técnico em Edificações do IFTO ( *Campus Palmas*), foi confirmado pelos dados encontrados nos registros da Coordenadoria de Registro Escolares – CORES, onde foram encontrados os índice dos estudantes que ingressaram em 2009/1 (26), e somente 7,69% (2),

os que conseguiram concluir no tempo normal em 2010/2, índice este, inferior ao encontrado em estudos realizados pelo pesquisador na antiga ETF PALMAS/TO no período de 2003/1 a 2006/2, que era de 9,10%; mediante ao encontrado; faz-se necessário urgente uma proposta: A implantação de um sistema de Orientação Vocacional/Profissional no Curso Técnico em Edificações (subsequente) do IFTO (*Campus Palmas*) para melhorar a eficiência na formação do Técnico no curso Técnico em Edificações do IFTO.

O serviço de Orientação Educacional propicia uma assistência sistematizada ao aluno, garantindo o desenvolvimento dos planos de sua vida. Deste modo, é um órgão de treinamento e unificação da liderança da equipe gestora do programa, dentro de uma filosofia de vida e de uma visão prospectiva do mundo em mudança acelerada. Portanto, faz-se necessário implantar as tarefas evolutivas, as vivências de relações humanas para criar o clima educativo que equacione os anseios de transcendência generalizadas e consiga alcançar os altos padrões de realizações.

Conclui-se que desta forma a *primazia da inteligência* é obtida não só através dos conteúdos constantes dos currículos, porém especialmente pelos métodos pessoais de aprendizagem, pela capacidade crítica, participação do trabalho, pelos hábitos sólidos de integridade e de serviço, pelos valores culturais e pelos ideais de vida.

Ao aluno será conferido a carga máxima de responsabilidade que ele pode suportar, consultados, é claro, os interesses e níveis de maturidade dos educandos. Deve-se salientar sempre que é *dever*, e *não o interesse*, a razão última do esforço.

De tal forma, que o papel da Orientação Educacional seja fazer o aluno assumir o processo de sua maturação. Aplicando com sabedoria princípios e técnicas, aplicando-lhes com regularidades a avaliação com bases científicas, que assegure a orientadores e orientandos a Pedagogia do dever cumprido.

Como objetivos específicos: foi analisado os fatores que podem interferir na relação ensino x aprendizagem na visão dos alunos aprovados e evadidos e os dados encontrado recomenda-se uma melhor metodologia para

alcançar eficiência/eficácia na gestão educacional para formação do Técnico do curso Técnico em Edificações do IFTO (*Campus Palmas*).

Fatores que podem interferir na relação ensino x aprendizagem: refere-se a aqueles entraves que se apresentam na relação professor-aluno e poderiam ocasionar dificuldades na aprendizagem.

Metodologia de gestão educacional para formação do Técnico em Edificações do IFTO: práticas didáticas utilizada na formação do técnico.

Eficiência na formação do Técnico: grau de qualidade da formação do técnico, que o aluno ingresse com os conhecimentos adequados

Sistema de Orientação Vocacional/Profissional: sistemas de orientação prévia utilizados com os alunos ingressantes, para que os mesmos conheçam o curso e seu conteúdo.

Pelos resultados encontrados, deve-se ter em conta que motivação para melhoria da eficiência/eficácia na gestão educacional, vem do ânimo e a satisfação de todos envolvidos no processo educativo, desde a recepcionista ao diretor geral, tirando assim, as responsabilidades exclusivas dos gestores. Os professores trabalharão juntos para melhorar a qualidade do ambiente, criando as condições necessárias para que haja um mecanismo de ensino e a aprendizagem mais eficaz, e identificando e modificando permanentemente os aspectos e métodos de trabalho, fazendo das adversidades a motivação para o êxito.

Neste sentido é de fundamental importância que haja a prática da liderança, que agregue apoio para o estabelecimento de objetivos claros, proporcionando uma boa visão do Instituto de tal forma que seja perceptível a todos: discente, docente e comunidade, encorajando os professores, ao auxiliá-los nas descobertas dos recursos necessários para que realizem seus trabalhos.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOCK, S. D. Orientação Profissional. São Paulo. Cortez Editora. 2006.



BOHOSLAVSKY, R. Orientação vocacional, a estratégia clínica. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1995.

BORBA, A. M.(organizadora). Avaliação do Ensino Superior: Referências para a Construção de um Projeto Institucional. Itajaí. Ed. Univali. 2003.

CUNHA, L. A. (2005). O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo. Unesp. Brasília , DF. FLACSO. 2005.

FREIRE. P. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo. Paz e Terra. 2006.

MANFREDI, S. M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo – Cortez. Shimidt, M. J. Pereira, M. L. S. (1973). Orientação educacional. Rio de Janeiro. Editora Agir. 20002.